



## Notas sobre o nível de escolaridade entre pessoas profissionais do sexo

Notes about the school level between sex professional people

Notas sobre el nivel escolar entre profesionales del sexo

**Ana Maria Ricci Molina<sup>1</sup>**

*Docente na Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil*

**Recebido em:11/04/2020**

**Aceito em:12/05/2021**

### Resumo

A revisão bibliográfica de estudos sobre prostituição, publicados entre os anos de 2015 a 2019, no Banco Digital de Teses e Dissertações, permitiu a identificação do nível de escolaridade entre profissionais do sexo. O principal achado foi a hierarquização entre as relações de gênero e de cores. Outro achado secundário e implicado à hierarquização apresentada diz respeito a maior presença da evasão escolar entre a última etapa do ensino fundamental e o ensino médio, bem como uma parte de pessoas que concluíram a educação básica e o ensino superior. Apontamos para a inscrição do nosso silenciamento frente as violações de direitos à educação e à vida digna de crianças e adolescentes, quando na articulação entre os fenômenos pelo cálculo do risco e do perigo.

**Palavras-Chave** Prostituição. Exploração Sexual. Evasão Escolar. Marcadores Sociais. Interseccionalidade.

### Abstract

The bibliographic review of studies on prostitution, published between the years 2015 to 2019, in the Digital Bank of Theses and Dissertations, allowed the identification of the level of education among sex workers. The main finding was the hierarchy between gender and color relationships. Another secondary finding and implicated in the hierarchy presented concerns the greater presence of school dropout between the last stage of elementary school and high school, as well as a part of people who have completed basic education and higher education. We point to the inscription of our silencing in the face of violations of the rights to education and the dignified life of children and adolescents, when articulating phenomena by calculating risk and danger.

**Keywords:** Prostitution. Sexual Exploitation. School Dropout. Social Markers. Intersectionality

### Resumen

La revisión bibliográfica de estudios sobre prostitución, publicados entre los años 2015 a 2019, en el Banco Digital de Tesis y Disertaciones, permitió identificar el nivel de educación de las trabajadoras sexuales. El hallazgo principal fue la jerarquía entre las relaciones de género y color. Otro hallazgo secundario e implicado en la jerarquía presentada se refiere a la mayor presencia de deserción escolar entre la última etapa de primaria y secundaria, así como una parte de personas que han completado la educación básica y la educación superior. Señalamos la inscripción de nuestro silenciamiento ante las violaciones a los derechos a la educación y a la vida digna de la niñez y la adolescencia, al articular fenómenos mediante el cálculo de riesgo y peligro.

**Palabras clave:** Prostitución. Explotación sexual. Abandono de escuela. Marcadores sociales. Interseccionalidad

<sup>1</sup>ana.molina@kroton.com.br ou amrm1amrm@gmail.com

## Introdução

Esse artigo é resultado de uma inquietude que surgiu a partir de uma informação encontrada na dissertação (Mestrado em Psicologia) e que se repete na tese (Doutorado em Educação) da autora (MOLINA, 2003; 2014). A informação trata do indicador de escolaridade entre profissionais do sexo e relativo à evasão e abandono escolar vividos, geralmente, no final do ciclo do ensino fundamental ou no início do ensino médio.

Então iniciamos leitura aleatória de artigos para compreensão sobre o fenômeno da evasão escolar encontrados a partir de *site* de busca ampla, quando nos chamou `a atenção certa cena discursiva utilizada nas suas justificativas: a evasão escolar como fator de risco à entrada de sujeitos em espaços sociais representados pela sua negatividade, com a indicação da prostituição. Porém, a indicação estava apenas referenciada por uma simples reprodução da correlação sem o nexo-causal estabelecido entre eles, tão pouco subsidiada a afirmativa por alargamentos reflexivos ou sem aprofundamentos e problematizações.

Por outro lado, encontramos nos estudos ligados à temática da prostituição tendência a demarcar a evasão e o abandono escolar como indicadores significativos na trajetória de vida de pessoas exploradas sexualmente e de profissionais do sexo. Este é realmente um fato demonstrado, por exemplo, por Romeu Gomes, Maria Cecília Minayo e Helena Amaral de Fontoura (1999). Eles analisaram os depoimentos da comunidade científica, civil e governamental à Comissão Parlamentar de Inquéritos sobre o fenômeno da exploração sexual de menores de idade, à época ainda denominado, prostituição infanto-juvenil. Estudos recentes continuam a corroborar a existência do fato:

Esse dado é semelhante ao encontrado por Chao (2008) que realizou um estudo com 131 profissionais do sexo de Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato e que também teve como resultado em sua maioria PS (profissionais do sexo – inclusão da autora) com cinco a onze anos de estudo. Outro estudo que se assemelha a este achado é o de Li e colaboradores (2014) que encontrou baixa escolaridade entre as participantes. E, segundo Rocha, Pereira e Dias (2013) em seu estudo com travestis, profissionais do sexo, no Estado de Minas Gerais, há o predomínio do ensino fundamental na população estudada, sendo condizente com o achado desta pesquisa (LUZOVITO, 2015, p. 45).

Contudo, a simples demonstração do nível de baixa escolaridade como indicador social entre profissionais do sexo não nos exime de melhor compreensão sobre seu agenciamento. Começamos, assim, pesquisa exploratória com a expectativa de apresentarmos chaves-analíticas ou trajetos investigativos a partir da interseccionalidade entre os fenômenos correlacionados, com a intencionalidade de estabelecermos narrativa crítica entre isto com aquilo.

## Referencial teórico

Toma-se a importância dada a política de escrita que há nos artigos sob a marca científica e a publicação e compartilhamento deles em mídias especializadas. Consideramos que toda escrita, no final, configura-se a partir do que significa lugar de fala ou ponto de vista a retratarem coletivos, conforme elucidada Dayane Assis (2019) em seu livro “Interseccionalidades”.

Desse exercício crítico, pensamos as justificativas sobre a evasão escolar implicadas no cálculo do risco. Trata-se do “risco-probabilístico”, que, segundo Mary Jane Spink (2008), diz respeito a previsibilidade de como se começa determinado evento. Logo, a prostituição estaria no final de uma cadeia de eventos iniciada com a evasão ou abandono escolar no curso de uma trajetória de vida. Ora, o sujeito que vivencia o fenômeno da evasão ou abandono escolar, no presente, se tornaria um “risco-perigo”, para o futuro, dada a possibilidade de se inscrever em tramas discursivas pautadas pela lógica do desvio social frente ao normativo e, a convergir, assim, para a sua (in)governabilidade pelas instituições e especialistas, segundo Ana Molina (2014; 2015).

Assim, pela previsibilidade, ao realizarem a correlação do fenômeno com a prostituição estavam a subsidiar um ponto de vista: a escola, lugar da prevenção, da vigilância e do controle. Nessa perspectiva supomos a garantia da não ocorrência de um evento futuro, considerado negativo socialmente – o peso do estigma para aquele na prática da prostituição. Teríamos, com isso, o fortalecimento de uma “ilusão” sobre a função social da escola voltada à missão de disciplinarização e contenção da produção de subjetividades como preponderantes ao lugar potente para a promoção de vida e de cultura que também caberiam às instituições escolares.

O que nos remeteu ao texto de Donna Haraway (1995), que trata do exercício da crítica sobre a construção do conhecimento ou das teorizações como “movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade” (HARAWAY, 1995, p. 9), logo, se tratam de saberes localizados que configuram determinada política para as existências.

Uma das formas de se evidenciar e corroborar essa trama se encontra nas narrativas pautadas na totalização das informações entre os estudos. A totalização afirma aquilo que representa o objeto para a construção de uma verdade a ser legitimada como hegemônica. Compreendemos essa construção a partir de um modo de produção de discursos e de compartilhamentos que podem se fundar no risco de uma história contada como única e fechada em si mesma, apesar da pluralidade de discursos existentes, segundo Chimamanda Adichie (2009).

Vejamos o colocado pelo contraditório: qual a probabilidade de pessoas com baixa escolaridade terem como oportunidade de trabalho o ramo da limpeza, da agropecuária, da produção e de se tornarem empreendedores de sucesso e etc, além do mercado do sexo? Qual a chance de pessoas com titulações tornarem-se profissionais do sexo ou profissionais do sexo tornarem-se graduados e ainda assim manterem-se no mercado do sexo? Parece-nos que a negação das múltiplas formas de posicionamento no mundo do trabalho ou no mercado ocupacional ou na condição de empregabilidade dos sujeitos ficaria falseada pelo reducionismo das variações e pelas diferenciações em torno do objeto da prostituição (termo que silencia a exploração sexual entre os estudos) eleito para justificativa dos estudos sobre evasão e abandono escolar entre crianças e adolescentes.

Assim, com a interseccionalidade, também evitaríamos o apagamento das diferenciações registradas nos e entre os documentos, para a identificação dos marcadores sociais que se relacionam, se articulam e se hierarquizam para, ao final, instituírem determinada realidade, que, conforme anuncia Kimberlé Crenshaw (2002), deve servir para a visibilidade e enfrentamento das discriminações que são operadas em grupos subalternos ou marginalizados ou racializados frente ao fenômeno da evasão e abandono escolar no coletivo de profissionais do sexo.

## **Metodologia**

De acordo com Gilberto Gil (2012) a pesquisa de exploração e de revisão bibliográfica são estratégias de investigação pertinentes ao começo de qualquer estudo. Para fazer a revisão bibliográfica, de acordo com Sampaio e Mancini (2007) realizamos os seguintes passos:

- Elegemos o “Banco Digital Nacional de Teses e Dissertações” (BDTD), por que é um banco de dados com 116 instituições de ensino de pós-graduação brasileiras vinculadas a ele e possui por características a abrangência, gratuidade e facilidade de acesso aos documentos de domínio público (429.124 dissertações (mestrado) e 154.429 teses (doutorado) - números subtraídos do sítio virtual BDTD, consultado em 25 de novembro de 2019).

- Definimos por critério de inclusão o recorte de tempo ou a cobertura do período de 2015 a 2019 dos materiais indexados, com finalidade de proximidade e exploratória a data atual; a presença de dados de escolaridade; a localização dos estudos, para garantia da distinção entre os campos, e assim, evitarmos a não duplicidade de informações entre os sujeitos participantes dos estudos referenciados.

- Fizemos a busca de documentos pelo cruzamento dos termos “prostituição e evasão escolar” e “prostituição e escola” e “exploração sexual e evasão escolar”. Depois, a leitura do título e do resumo, mas na indefinição sobre os critérios, seguimos para a leitura dos textos e resolvermos se excluídos.

- Durante a leitura dos documentos buscamos a identificação do nível de escolaridade entre os sujeitos, bem como a localização de marcadores sociais das diferenças sobre eles assinalados nos textos (o que permitiu a construção da tabela e, com ela, a análise pretendida).

Deixamos a dica de que há maior facilidade para a aprovação dos comitês de ética em pesquisa com humanos quando os sujeitos são maiores de 18 anos. Talvez, por isso que obtivemos mais materiais referenciados pelo termo prostituição em comparação ao de exploração sexual. As investigações sobre exploração sexual costumam envolver fontes documentais, o que não exigiria aceite dos pais ou responsáveis de crianças e adolescentes explorados sexualmente e evitariam as dificuldades de busca ativa e acesso aos mesmos. Essas colocações com vista ao encontrado também derivam da vivência no campo pela autora.

## **Resultados**

Encontramos para o termo prostituição 394 trabalhos defendidos e difundidos. Ao refinarmos a busca com o termo evasão escolar surgiram 002 trabalhos repetidos com o próximo termo de busca e excluídos da seleção. Finalmente, cruzamos os termos prostituição e escola e obtivemos uma amostra de 15 trabalhos capturados por esses metadados no banco de dados. Seguimos para uma vista manual desse resultado. Assim, do total de 17 publicações, 11 não apresentavam conteúdo sobre evasão escolar, embora narrassem sobre a pertença dos sujeitos no território da prostituição. Lembrando que duas delas foram excluídas por repetição. Ao final, apenas 04 materiais foram incluídos na amostra de leitura, por atenderem aos critérios estabelecidos.

Outro aspecto importante trata de que todas as pesquisas lidas foram desenvolvidas segundo abordagem qualitativa de pesquisa. Apesar disso, foi interessante planificarmos os achados para compreensão dos dados encontrados. Assim, apresenta-se abaixo tabela com as informações sobre o nível de escolaridade entre profissionais do sexo. Neste rastreamento foi possível encontrarmos 128 pessoas entrevistadas no total, distribuídas entre as pesquisas e em diferentes localidades do Brasil. Para esclarecimento sobre a tabela abaixo (resultados), dada a situação de que as informações não eram unificadas/padronizadas, fizemos um exercício de distribuição dos sujeitos, conforme nível de

escolaridade, que, ora os encaixavam no termo ensino completo (pois, completou aquela etapa, mas não seguiu adiante) ora os encaixam no termo incompleto (pois, estavam cursando aquela etapa escolar quando sofreram a evasão escolar). Logo, trabalhamos com uma análise estimada.

Observamos que, em geral, as pessoas tiveram acesso à escolarização formal. Apenas dois casos de pessoas sem acesso à escola, mas não foi indicado pelos estudos se as pessoas eram analfabetas. Contudo, verificamos que não houve a conclusão da educação básica pela maioria das pessoas, se comparado com aquelas que concluíram. O que torna a última etapa do ensino fundamental e o ensino médio objetos de investimentos para compreensão sobre o engajamento de estudantes nos estudos, como demonstra o material “Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens” (2021) produzido pela parceria entre Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Insper e Brava. Neste material apontam-se as categorias de influência e a necessária construção de políticas de enfrentamento à evasão escolar que levem em consideração esses fatores, bem como exemplos de programas existentes.

Temos também o “Observatório de Educação – Ensino Médio e Gestão” (2021) com dados que vão ao encontro dessa pesquisa exploratória: a) as etapas do fundamental 2 e do ensino médio são reconhecidas como momentos em que a evasão e o abandono escolar se acentuam e, portanto, podem ser focos de políticas públicas e de projetos escolares circunstanciados por suas realidades para o enfrentamento do fenômeno; b) a emergência do fenômeno é multifatorial, mas citam-se, especialmente, a interferência da maternidade na adolescência para as meninas e a entrada no mercado de trabalho para os meninos; bem como tem-se a configuração de uma categoria que nem estuda nem trabalha, e; a presença do abandono e evasão escolar entre o segmento LGBTQIA+, como resultado de uma pedagogia da exclusão; c) o período de permanência na escola opera-se pelas questões raciais, de gênero e de classe a influenciarem na qualidade do vivido.

**Tabela 1 - Dados sobre sexo/cor/escolaridade entre profissionais de sexo**

Artigo	Local	(N)	Gênero	Cor	SE	F1I	F1C	F2I	F2C	EMI	EMC	G	PG
1	Goiânia/GO	17	Homens	-					1		7	5	4
2	Recife/PE	5	Mulheres	Negras			1		3		1		
3	Fortaleza/CE	10	Mulheres	Branças (2)							2		
				Negras (2)					2				
				Pardas (6)				2		4			
4	SP/SP	50	Homens	Branças (30)		5			4	17	24		
				Negros (10)									
				Pardos (10)									
		31	Mulheres	Branças (17)	1			4	4	14	8		
				Negras (4)									
				Pardas (8)									
				Amarela (1)									
				Indígena (1)									
		15	Travestis	Branças (7)	1			3	1	8	2		
				Negras (3)									
				Pardas (4)									
				Indígena (1)									
<b>Total</b>		128			2	5	1	7	15	41	48	5	4

Fonte: construção da autora<sup>2</sup>

O resultado sobre o nível de escolaridade entre as pessoas maiores de 18 anos de idade, na prática da prostituição, é semelhante ao encontrado pelas pesquisas realizadas pelos institutos referidos acima. O que torna a trajetória dessas protagonistas semelhante ao evidenciado entre crianças e adolescentes

#### <sup>2</sup> Legenda para leitura da Tabela:

**1:** PRADO JUNIOR, Valdir Inácio do. **Os territórios da prostituição masculina em Goiânia.** 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

**2:** NUNES, Alyne Isabelle Ferreira. **Prostituição feminina negra: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida.** 2015. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

**3:** SANTOS, Verônica Gomes dos. **Narrativas educacionais de prostitutas do centro de Fortaleza – CE.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

**4:** LUVIZUTTO, Lisie Tocci Justo. **Qualidade de vida e condições de trabalho dos profissionais do sexo da região central de São Paulo.** 2015. 99 f. Tese (Doutorado) – Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

**F1I:** Fundamental 1 Incompleto. **F2C:** Fundamental 2 Completo. **MI:** Médio Incompleto. **MC:** Médio Completo. **G:** Graduação **PG:** Pós-Graduação

na atualidade para o fenômeno da evasão e abandono escolar.

Sinalizamos o problema da violação do direito à educação ou a sua constância e fixidez na sociedade, apesar da assistência social ter se tornado um dispositivo institucional de apoio à correção desse curso. Contudo, nenhuma pesquisa disponibilizou informações acerca da proteção social básica ou especial, segundo a lógica do controle social previsto no sistema único da assistência social para atuar sobre tais demandas.

Infelizmente não encontramos elementos entre os estudos para evidenciarmos o marcador social de classe econômica, um dos eixos utilizados para o enquadramento da prostituição e da exploração sexual entre as múltiplas práticas discursivas a justificarem a existência do fenômeno. Embora, a própria Verônica Santos (2016) e depois junto à José Vasconcelos (SANTOS; VANCONCELOS, 2012) apresentaram que as mulheres com melhor nível de instrução tenderão a pertencer ao mercado de luxo da prostituição, ou seja, a escolaridade de profissionais do sexo e o nível socioeconômico dos clientes também possuem correlação na distribuição de pessoas entre os locais de prostituição.

Contudo, notamos que, nesse conjunto, havia um modo de divisa entre as pessoas profissionais do sexo referente à relação entre a evasão e o abandono escolar: o marcador social de gênero e de raça na produção de diferenças entre elas, quando horizontalizamos as informações referentes às identidades autodeclaradas na eleição do tipo de sujeito em cada pesquisa. Desse levantamento apresentado, destacamos o privilégio da pessoa ser de branca e homem na sociedade brasileira em detrimento das demais identidades de gênero quando feita análise interseccional sobre a escolarização das pessoas. Pois, verificamos a construção de uma relação piramidal referente ao modo de divisa das diferenças.

Na prostituição masculina, Valdir Prado Junior (2018, p. 66) relata “que mais de um terço dos pesquisados (41,17%) concluíram o ensino médio (...) por outro lado, um número significativo de entrevistados (52,93%) afirmou ter concluído o ensino superior ou feito especialização”. Ou seja, uma parte dos homens na prática da prostituição tendem a apresentar o ensino básico concluído, bem como a metade dessa amostra apresentou ter alcançado e concluído a graduação.

Sobre a prostituição feminina entre mulheres negras, segundo Alyne Nunes (2015, p. 62), “todas as entrevistadas iniciaram os estudos, mas nem todas concluíram até o nível médio. Apenas uma das prostitutas, por sinal a mais nova das entrevistadas, conseguiu concluir o ensino médio através do exame supletivo”. No entanto, as mulheres participantes do estudo de Verônica Santos (2016, p. 62) “frequentaram escolas públicas durante os últimos anos de estudo e mais da metade delas concluiu o ensino médio”, e, se autodeclararam, na maioria, serem pardas (60%) e brancas (20%).



O prostíbulo etnografado por Verônica Santos (2016) apresentou amostra de sujeitos cuja escolaridade vai de encontro com outras pesquisas com mulheres prostitutas. É contraditório? Não. A prostituição se configura como um espaço social diverso! Precisamos entender que, embora a prostituição seja um fenômeno universal, sua historicidade também é geográfica, ou seja, a leitura de cada lugar deve ser contextualizada, o campo deve ser particularizado. Para Ana Molina (2014; 2019) coloca-se que sua configuração está repleta de agenciamentos que emergem das camadas culturais por onde ela se institucionaliza.

Por enfim, a hierarquização entre gêneros fica evidente quando comparamos os artigos de 1 a 4. Algo exemplificado pela constatação de Lisie Luzovito (2015, p. 28): “os homens apresentaram, proporcionalmente, maior escolaridade (48%), ou seja, ensino médio completo que corresponde, atualmente a doze anos de estudo, quando comparados às mulheres (25,8%) e travestis (13,3%)”. Por que será que essa tendência se apresenta, dos homens conseguirem a conclusão do ensino médio em maior proporção ao coletivo de mulheres, e, as mulheres possuírem mais tempo de escolarização que as mulheres-trans? A gravidez na adolescência para as mulheres e as humilhações na escola para as mulheres-trans estariam na interface para a compreensão da questão da evasão e do abandono escolar que se providenciam. As referências relativas ao patriarcado e de matriz heteronormativa são agências enunciativas das questões apresentadas.

Assim, o eixo indicador de identidade de gêneros quando articulado ao da cor de pele autodeclarada também operam engendrados sobre as relações sociais. Eles agenciam modos de divisa entre as pessoas configurados pela racialização do nível de escolaridade entre mulheres prostitutas: as mulheres brancas completaram o ensino básico de modo mais preponderante do que às mulheres pardas, seguidas pelas negras, conforme se apresenta entre os artigos 2 e 3, por exemplo.

Independente da identidade de gênero e em intersecção com raça e nível de escolaridade alcançada, não pudemos considerar efetivamente se a entrada no campo da prostituição foi posterior a ocorrência da evasão e do abandono escolar e em alguns casos concomitante a ela. Levou-se um tempo e percorreram-se outros campos antes de as pessoas ali se fixarem? De qualquer forma, evidenciamos que a exploração sexual e a prostituição são trajetórias que se somam tanto à interrupção da escolarização das pessoas quanto à conclusão do ensino básico. Dados sobre classe sócio-econômica e ocupação profissional anteriores à prostituição ou posteriores à evasão e abandono escolar também parecem ser importantes informações para compreensão da interseccionalidade entre essas categorias/indicadores, mas que escapam ao produzido pelos materiais estudados e configuram-se, portanto, como possibilidades

de continuidade das investigações sobre o assunto.

## **Análise**

Segundo Ana Molina (2014; 2015; 2019) a prostituição se configura como território de sociabilidade particular, marcado pela representação de seu despropósito sexual regulado pela vida social. Porém, apesar do estigma e do preconceito vivenciado pelas pessoas profissionais do sexo, elas movimentam a cidade e o comércio local pela circulação de dinheiro obtido pela prestação de seus serviços. Este é um tipo específico de serviço dentre outros encontrados no mercado do sexo (PISCITELLE, 2005), em que se encontra impedida, moral e legalmente, a exploração sexual de pessoas adultas, crianças ou adolescentes e o tráfico de pessoas para os mesmos fins.

Ao realizarmos essa pesquisa exploratória sobre o nível de escolaridade verificamos que os territórios da prostituição abarcam pessoas tanto analfabetas quanto pós-graduadas. Seu campo é democrático, nesse aspecto. Contudo, identificamos entre as pesquisas dois marcadores sociais que se articulam, os de gênero e raça, mas sentimos falta do marcador de classe social a configurar a análise. Entre tais marcadores sociais das diferenças – características comuns aos sujeitos, embora, por elas, os diferenciem, segundo Marcio Zamboni (2014) – construímos dos eixos analíticos que se apresentam.

O primeiro eixo diz respeito ao acesso das pessoas ao sistema de ensino brasileiro, seja qual for a rede de ensino (público - estadual ou municipal - ou particular), na qual estiveram matriculadas e frequentes até completarem o ensino básico ou dele se evadirem ou abandonarem em algum momento. Apenas duas pessoas em uma amostra de 128 pessoas não tiveram tal enquadramento. Consideramos significativo o dado em termos de política pública para a educação brasileira.

Uma nota importante sobre o primeiro eixo. Parte representativa das pessoas profissionais do sexo não concluíram a educação básica, uma evidência esperada. Mas, há outra parte que a concluiu e outra, menor, que a ultrapassou, a deixaremos de lado ao pensarmos os fenômenos correlacionados?

Segunda nota importante deste primeiro eixo. Há visibilidade da hierarquização entre os marcadores sociais que operam na produção de diferenças entre as pessoas: os gêneros e as cores das pessoas na prática da prostituição ordenam-se apoiados no indicador do nível de escolaridade entre elas. Esse modo de produção das diferenças desvela efeito estrutural e histórico da produção das desigualdades no Brasil, em que a classe-econômica deve ser categoria de análise implicada em estudos futuros também.

O segundo eixo trata de não nos esquecermos de que essas informações foram dadas por pessoas

maiores de idade, contudo, sua ocorrência foi impressa quando crianças, adolescentes e jovens. Os processos de exclusão e de violação de direitos traduzidos pela hierarquização constatada denunciam as violências cotidianas exercidas com o patriarcado, o machismo e o racismo estruturais da nossa sociedade e que podem ser traduzidos pelo abandono das aulas durante o ano letivo ou a não (re)matrícula de alunos/as para continuidade da sua escolarização no ano seguinte ao concluído.

Uma vez que a evasão e o abandono escolar são termos derivados de construção social e histórica – pertinente ao processo de classificação, distribuição e enquadramento de pessoas na instituição disciplinar chamada escola, (re)criada e fomentada desde a invenção do sujeito moderno, segundo Noberto Dalarriba (2007) – em que se normalizou a vinculação da presença de crianças, adolescentes e jovens nas escolas.

A sociedade brasileira costurou nessa instituição um território de sociabilidade, com funções sociais construídas e definidas com sentidos atribuídos e articulados às políticas públicas para acesso e permanência dos sujeitos na escola, para, em última análise, garantir sua formação integral. Assim, como se nela natural fosse o lugar das pessoas, a não-presença do sujeito na escola o leva para cantos e territórios não sabidos. Escapam do controle social e da vigilância institucional por ela prometida socialmente.

Assim, entendemos que a escolaridade é um dado relacionado à materialização dos direitos sociais, através do enfrentamento de sua violação, ameaça de violação do direito à educação e fortalecimento do acesso a ele e a qualidade do ensino apresentado na atualidade. Mas também partimos da compreensão de que a escolaridade é um marcador social das diferenças.

Sobre isso, voltamos a segunda nota, do primeiro eixo, da visibilidade sobre as relações de gêneros. Percebemos que os homens costumam ter maior nível de escolaridade do que as mulheres. Em geral, eles terminam o ensino médio. Algumas mulheres também terminam, mas outras, não. As que não terminaram a educação básica possuem mais tempo de escolarização que as mulheres-trans.

Adiante, da visibilidade sobre as cores. Percebemos que pessoas brancas se sobressaem as pardas e negras, em geral, em relação ao tempo de permanência na escola. Desse marcador social, verificaremos uma proporcionalidade maior de mulheres prostitutas pardas e negras.

Afinal, como entender a relação dessas hierarquizações entre gêneros e cores no âmbito da evasão e abandono escolar e com vista ao primeiro eixo? Se, por um lado, o indicador de gênero (mulheres) acompanha historicamente o de raça (mulheres negras e pardas) nos estudos sobre a prostituição brasileira, deixamos a provocação a respeito das mulheres prostitutas negras e pardas serem atualização

das “mucamas”, com base em Lélia Gonzalez (1984). Estaria esta crítica suprimida pelo lugar de fala liberal que demarca o putafeminismo ou movimento pró-prostituição, de acordo com determinadas agências feministas de dentro ou do entorno ao coletivo de profissionais do sexo?

Gênero, raça e classe são categorias constantemente utilizadas para leitura interseccional que pretende a insurgência decolonial de coletivos subalternos e racializados pela estrutura patriarcal e discriminatória mantida socialmente (HIRATA, 2014).

Seguimos a definição dada por Raimundo Silva Filho e Ronaldo Lima Araújo (2017, p. 37), “‘abandono’ significa a situação em que o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na ‘evasão’ o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar”. Assim, ter o acesso à escola não é suficiente para a garantia da permanência e conclusão das etapas do ensino básico, pois a evasão escolar destaca-se entre os estudos apresentados nesse recorte bibliográfico limitado pelo critério de tempo.

Similarmente, as muitas publicações, como os artigos de Raimundo Silva Filho e Ronaldo Lima Araújo (2017), Romeu Gomes, Maria Cecília Minayo e Helena Fontoura (1999), Farinha (2001), Gomes (1996), anunciam a prostituição como evento vinculado e decorrente da evasão escolar. A indicação dessas citações nos leva a refletir se o que existe é apenas circulação ritualística de discursos científicos (artigos), que engendram a baixa escolaridade como uma das providências da prostituição e sem o devido aprofundamento da questão.

Mas, publicações de Molina (2003; 2005; 2009; 2015) iniciam exploração sobre a correlação entre as temáticas. Ela apresenta que as pessoas trabalhadoras sexuais incluídas na amostra dos seus estudos declararam a evasão escolar em decorrência de produção de sentidos atribuídos à escola e convergidos para a ausência de significado dela em relação ao cotidiano. Também apontou práticas discursivas alusivas ao processo de exclusão e produção do fracasso escolar pela própria escola, tendo a rua e as relações estabelecidas nela por mais atraentes. Talvez se perguntem sobre para que serve irem à escola no momento em que se encontram na vida? Quem sabe essa fosse a mesma pergunta que se fizeram quando ainda estavam nela?! Afinal:

aprender o que e para que? São questões que atravessam o espaço institucional escolar, com sua formação e princípios educacionais a capturar o sujeito na lógica de cultura pedagógica (...) essa vivência de liberdade encontrada em outros espaços que não o da escola desdobra-se nas dificuldades que a própria instituição encontra para lidar com sujeitos que escapam de sua ordem (MOLINA, 2003, p.89).

Nesse sentido, Marta Kohl de Oliveira (2001) e Silvana Lima (2014) apontam que os estudos sobre

evasão escolar identificam três condicionantes para sua ocorrência: o de natureza psicológica, sociocultural e institucional. Sobre a prática institucional, os métodos de ensino inapropriados, currículo e as políticas públicas para a educação são problematizados por Moacir Gadotti (2000) e Júlio G. Aquino (1997).

Questionamos, portanto, se a proposta curricular ou a identidade (cultural) das escolas estivessem pautadas por centros de interesses e projetos pedagógicos atrelados às demandas do cotidiano seriam suficientes para que os sujeitos permanecessem vinculados à escola, mesmo após adentrarem ao campo da prostituição. Talvez, se levarmos em conta a problematização feita por Ana Molina e Welson Santos (2018) sobre a dimensão moral que molda as práticas escolares, de modo a não serem incluídas as questões cotidianas e relacionais, portanto, socioafetivas e de exercícios da sexualidade por crianças e adolescentes, quando, para o acolhimento dos alunos e alunas que escapam à heteronormatividade dada pelos professores.

Mas, como se articularia essa crítica com as funções sociais da escola? Elas dizem respeito a um modo de vida institucionalizado anterior à ocorrência da exploração sexual dessas pessoas ou de profissionais do sexo? Quando ouvimos “a professora falou para minha mãe: pode tirar sua filha da escola” (MOLINA, 2003, p. 89) só temos a indicar o trajeto da afetividade impressa na relação professor-aluno e a correspondência dos conteúdos e projetos pedagógicos com a realidade vivida por estudantes, “eu só via gente na rua, eu queria estar ali” (MOLINA, 2003, p. 89). Ambos nos parecem ser pontos implicados a desmistificar o fracasso escolar como uma variante centrada no aluno e deslocada para a discussão sobre os processos que a escola trama sobre o fenômeno, segundo a crítica de Maria Helena Souza Patto (2009).

Contudo, a partir da ideia da construção de ~~uma~~ escola democrática, como apresentada por Vitor Henrique Paro (2018), colocamos que a escola é uma das instituições destinadas tanto a sociabilidade quanto a socialização humana. O exercício da educação nela, portanto, tem origem na aquisição de conhecimentos historicamente acumulados e direcionados para a formação integral do indivíduo. A formação integral do indivíduo está balizada pelo contexto de uma educação voltada para o exercício da democracia. Ou seja, uma escola que atenda as demandas da comunidade onde ela está inserida, que prepara seus alunos para o convívio com respeito às diversidades e que o instrumentaliza para a efetivação de seus direitos sociais. Essas funções sociais da escola não são excludentes entre si mesmas, mas tencionam-se no “chão” das escolas. Pois, a dimensão didática para o exercício delas continua a ser representada por uma estruturação do tipo “bancária” (serialização, exames, disciplinas e conteúdos e etc), que, a depender do professor, poderá lhe contrapor com ensino democrático e dialógico almejado

na atualidade.

Assim, é possível que a busca pela qualidade do ensino nas escolas públicas da educação básica, segundo Vitor Henrique Paro (2018), envolva professores que eduquem para a democracia e a partir da dimensão relacional (afetiva) com seus alunos, o que implica no reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de desejos na interação entre eles e não objetos da posição adultocêntrica que ocupam socialmente. Mas, ainda que a escola fosse realmente inclusiva e democrática para as multiplicidades existenciais, a evasão e o abandono escolar não devem ser considerados os únicos determinantes ou fatores de risco social para o emaranhado de sentidos, de suporte simbólico e material que são atribuídos à providência do campo da prostituição na trajetória de vida das pessoas, segundo Ana Molina (2009).

Por isso, complementa-se que, após o evento da evasão escolar, o baixo nível de escolaridade facilitaria (e não determina) a entrada das pessoas no território da prostituição se articulado com outros aspectos da dimensão psicossocial. Pensamos que a questão da mobilidade social e mudança de *status quo* proporcionada pela geração de renda com a prostituição se apresenta como uma chave-analítica para compreendermos a manutenção das pessoas nesse campo, mesmo quando se apresenta concluído tanto a educação básica quanto o nível superior de ensino, como apontaram Verônica Santos (2016) e Valdir Prado Junior (2018).

No final, tal decomposição retorna nossos olhares para a dimensão ética e moral a configurar a relação que a sociedade e, dela, o modo como as vozes de intelectuais (no campo da educação) tendem a compreendê-la e a demarcá-la em sua política de escrita: um lugar de transgressão dos códigos e das normas sociais e a transfiguração dos aspectos simbólicos a corporificarem a noção de corpo e o exercício da sexualidade alinhavados a lógica patriarcal e liberal sobre as relações. Pois, apesar da prostituição ser uma atividade ocupacional reconhecida pelo Estado, ela está carregada de valorização negativa pela sociedade, segundo Ana Molina (2009), e, o estigma e as representações que socialmente fazemos deste modo de ocupação no mundo e inscrição na vida termina por acompanhar as produções científicas.

Na visão desta autora, a tessitura desse formato de correlação representa uma primeira problematização: encobrimos o dever do Estado, das escolas e de outras instituições na responsabilidade pelo enfrentamento do fenômeno da evasão e abandono escolar. Com isso, ao invés de trazermos à tona a pauta de defesa e garantia da educação, como direito social de crianças e adolescentes, justificamos o problema pela lógica do cálculo do risco. Pois, notamos que a prostituição é indicada como evento implicado ao fenômeno da evasão e do abandono escolar.

Mas, nos “esquecemos” que tal articulação está equivocada. Não se trata de prostituição, e sim de exploração sexual de crianças e adolescentes, quando assumimos a possibilidade de que os registros da entrada deles no mercado do sexo são providenciados à época da idade escolar, entre 4 a 17 anos de idade. Esse “esquecimento”, entre o modo como designamos o fenômeno e nos localizamos entre os saberes de manutenção das práticas menoristas e de menoridade, tem por efeito a identificação e culpabilização das pessoas menores de idade na condição de exploradas sexualmente, e, sem a devida responsabilização dos adultos que se beneficiam da presença delas no campo da prostituição (MOLINA, 2014). Destarte, perpetuamos o silenciamento científico sobre uma sociedade patriarcal, machista, adultocêntrica e heteronormativa que exerce violências contra crianças e adolescentes.

Novamente, parece-nos que negamos um pacto social dimensionado pela defesa e efetivação dos direitos como promessa e tutela para o desenvolvimento de uma vida digna às crianças e adolescentes, quando, ao invés de valermos nossas justificativas sobre o direito à educação, operamos pela enunciação do estigma conferido às pessoas identificadas como trabalhadoras do sexo referenciadas pelo seu despropósito social.

Aliás, o termo trabalhador sexual ou profissional do sexo não costuma aparecer entre os documentos, e, se aparecesse, deveria indicar a problematização sobre uma das piores formas de trabalho infantil e juvenil que nossa sociedade produz socialmente, segundo a Organização Internacional do Trabalho (MOLINA; 2014, 2015). Nesse sentido, reafirmamos, a evasão e abandono escolar são violações de direitos de crianças e adolescentes tanto quanto a exploração sexual deles.

E o que dizemos sobre a renda financeira obtida com a prostituição ser considerada superior ao proveniente com outras ocupações relativas ao nível de escolaridade de seus protagonistas, e, isso influenciar na permanência das pessoas neste campo, segundo apreensões da realidade narradas pelos sujeitos para Prado Júnior (2018), Verônica Santos (2016) e Alyne Nunes (2015)? O que o nível de escolaridade poderia inferir sobre isto, dada a interseccionalidade nas relações de gênero e de cores que encontramos?

Alerta-se que esse é um cuidado relativo à política de escrita que pesquisadores deveriam ter, pois um dos efeitos de seus registros são as argumentações desdobradas e a comporem práticas de caráter reducionista, higienista ou abolicionista sobre as pessoas envolvidas no mercado do sexo (MOLINA, 2009), que pretendem a colonização destes corpos pela sua utilidade moral, social, econômica entre outras.

## Considerações Finais

O presente artigo foi construído a partir de perguntas que surgiam com o exercício do contraditório. São as problematizações que necessitamos apresentar como exercício da crítica e da decomposição das narrativas construídas e legitimadas como científicas, a partir do lugar de fala e ponto de vista que abarcam.

A interseccionalidade sobre o nível de escolaridade entre profissionais do sexo, por meio de levantamento bibliográfico, resultou na identificação da hierarquização entre gêneros e cores, bem como a verificação da evasão e do abandono escolar como eventos anteriores à exploração sexual e a prostituição entre os sujeitos, em geral, sem que pudéssemos compreender a vinculação entre os fenômenos.

Consideramos que o nível de escolaridade é um indicador para a entrada de pessoas no mercado do sexo ainda a ser problematizado. Contudo, a permanência das pessoas neste campo esteve vinculada ao rendimento financeiro alcançado quando comparado a outras atividades vividas por seus atores sociais e independe no nível de escolaridade. Diante do exposto, consideramos que: a) ora a evasão e o abandono escolar são fenômenos relativos às violações do direito à educação, e, em sua emergência, há um conjunto de pessoas diretamente afetadas, conforme gênero e cor; b) ora a localização dos saberes confere o cálculo do “risco” sobre o futuro, então a prostituição emerge como um alvo-objetificado e a silenciar a violência contida na exploração sexual de crianças e adolescentes.

Vamos as perguntas finais. O que podemos quando encontramos dados de conclusão da educação básica entre profissionais do sexo? Deslocamos a questão para o fato de não terem ensino superior? Seria a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes problemáticas derivadas da educação escolar interrompida ou das heterotopias, que, segundo Michel Foucault (2013) produzimos no mundo e ocupamos como não-espacos na sociedade?

## Referências

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma história única. *In*: TED GLOBAL: a essência das coisas não visíveis, 21-24 de Julho 2009, Oxford, Reino Unido, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/> Acesso em: 09 maio de 2021.

AQUINO, Júlio Groppa. O mal-estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão. *In*: AQUINO, J. G. (Org.). **Erro e fracasso na escola**: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997.



ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. **Interseccionalidades** - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação à Distância, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DALLABRIDA, Norberto. Genealogia da Escola. **LINHAS**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 139-143, jul./dez. 2007

FARINHA, Marciana Gonçalves. **Adolescente profissional do sexo**: encantos e desencantos da maternidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2001.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais do educador**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FONTOURA, Helena Amaral da. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 171-179, abr. 1999.

GOMES, Romeu. **O corpo na rua e o corpo da rua**: a prostituição infantil feminina em questão. São Paulo: Unimarco, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p.7-42, 1995.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p.61-73, 2014.

LIMA, Silvana Siqueira. **Evasão escolar**: em foco a visão do aluno. Material Didático apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) - Campus de Jacarezinho, 2014.

LUVIZUTTO, Lisie Tocci Justo. **Qualidade de vida e condições de trabalho dos profissionais do sexo da região central de São Paulo**. 2015. 99 f. Tese (Doutorado) – Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

MOLINA, Ana Maria Ricci; SANTOS, Welson. Educação Sexual e currículo de ciências/biologia: desafios à prática docente. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 03, p. 1149-1163, jul./set., 2018

MOLINA, Ana Maria Ricci. Uma “puta-discussão: um pouco do que fala o coletivo de mulheres na prática da prostituição. In: BALESTERO, Gabriela Soares (org.) **Gênero em perspectiva**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2019. [http://doi.org/10.35417/978-85-92921-50-7\\_163-190](http://doi.org/10.35417/978-85-92921-50-7_163-190). Disponível em: <https://www.mareseditores.com.br/ebooks-gratuitos> ou

<https://drive.google.com/file/d/1WM12kP6Y9oxmLY2sqQpBQYGUDiGHk-Y/view>. Acesso em: 14 nov. 2019.

MOLINA, Ana Maria Ricci. Algumas linhas discursivas sobre o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes e a prática de agentes sociais no seu enfrentamento. **Revista Ludere**, v. 1, p. 1-18, 2015.

MOLINA, Ana Maria Ricci. **O governo de menores de idade em relação à prática da prostituição: os discursos de agentes sociais**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar: 2014.

MOLINA, Ana Maria Ricci. Prostituição juvenil: mercantilização do sexo para capitalização dos desejos. *In*: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MELO, Sonia Maria Martins (Orgs.). **Educação Sexual no Brasil: panorama de pesquisas do sul e do sudeste**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, v. 11, p. 61-66.

MOLINA, Ana Maria Ricci. Trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo suas participantes. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 13, 2005.

MOLINA, Ana Maria Ricci. **É indecente. É maravilhoso: trajetória de vida e representações sociais sobre a prostituição segundo suas participantes**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2003.

NUNES, Alyne Isabelle Ferreira. **Prostituição feminina negra: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

OBSERVATÓRIO de Educação: Ensino Médio e Gestão. Disponível em: [https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar?utm\\_source=google&utm\\_medium=search&utm\\_campaign=professores\\_evasao](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar?utm_source=google&utm_medium=search&utm_campaign=professores_evasao). Acesso em: 09 maio 2021.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. *In*: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. São Paulo: Ação Educativa: Campinas: Mercado das Letras, 2001. p. 15-44.

PARO, Vitor Henrique. As funções da escola, a estrutura didática e a qualidade de ensino. *In*: **Gestão Escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Editora Intermeios, 2018. p. 35-90.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 25, p. 7-23, dez., 2005.

POLÍTICAS públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens. Disponível em: <http://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Políticas-Públicas-para-reducao-do-abandono-e-evasao-escolar-de-jovens.pdf> . Acesso em: 09 maio 2021.

PRADO JUNIOR, Valdir Inácio do. **Os territórios da prostituição masculina em Goiânia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, fev. 2007.

SANTOS, Verônica Gomes dos; VASCONCELOS, José Gerardo. O corpo da prostituta: entre o discurso, a vida cotidiana e a educação. *In*: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 11: ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1, Fortaleza, 2012. **GT 10 — Educação, Memória e Sociedade**, 2012. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24899/3/2012\\_eve\\_jgvasconcelosvkdossantos.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24899/3/2012_eve_jgvasconcelosvkdossantos.pdf) Acesso em: 09 fev. 2021.

SANTOS, Verônica Gomes dos. **Narrativas educacionais de prostitutas do centro de Fortaleza – CE**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SILVA FILHO Raimundo Barbosa, ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2017.

SPINK, Mary Jane Paris *et al.* Usos do glossário do risco em revistas: contrastando "tempo" e "públicos". **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2008.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais da diferença. **Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)**, São Paulo, v. 1, p. 14-18, ago, 2014.